



**Ex.mo Senhor
Presidente da Câmara Municipal da Maia**

EXPLORAÇÃO DE MODALIDADES AFINS DE JOGOS DE FORTUNA OU AZAR E OUTRAS FORMAS DE JOGO

AUTORIZAÇÃO

ALTERAÇÃO

ADITAMENTO

REQUERENTE

Nome/Designação

Domicílio/Sede

Freguesia /União

Código Postal

Concelho

NIF

N.º de ID Civil

Válido até

Código da Certidão Comercial Permanente

Telefone

Telemóvel

Fax

E-mail

REPRESENTANTE

Na qualidade de: Administrador Procurador Mandatário Sócio-Gerente Outro

Nome

Domicílio

Freguesia /União

Código Postal

Concelho

NIF

N.º ID Civil

Válido até

Telefone

Telemóvel

Fax

E-mail

MEIOS DE NOTIFICAÇÃO

Autorizo o envio de eventuais notificações decorrentes desta comunicação para o seguinte endereço eletrónico:

E-mail

PEDIDO

Ao abrigo do disposto no disposto do Decreto-Lei n.º 98/2018, de 27 de novembro, conjugado com o Decreto-Lei n.º 422/89, de 02 de dezembro, na sua atual redação, e demais legislação aplicável, **vem requerer a V. Exa. a autorização/alteração/aditamento de exploração, para a modalidade abaixo identificada:**

Concursos publicitários

Concursos de conhecimentos

Passatempos

Rifas

Sorteios

Tômbolas

Outra:

ENTIDADE PROMOTORA

Denominação do concurso

Validade/duração do concurso

Destino do concurso

Aderentes ao concurso

Publicidade do concurso

Designação do Prémio

Reclamação do prémio

Local da operação de sorteio

DOCUMENTOS INSTRUTÓRIOS

No presente pedido são apresentados para o processo, e assinalados com uma cruz (X), os seguintes elementos abaixo identificados:

1. **Comprovativo** do número de identificação da entidade promotora (Número de Identificação Fiscal ou Número de Identificação de Pessoa Coletiva);
2. **Identificação do(s) representante(s) legal(ais)** com poderes para o ato, com o nome, número do cartão de cidadão ou bilhete de identidade e número de identificação fiscal;
3. Junção ao processo do comprovativo do pagamento da taxa de apreciação, ou do pedido de isenção da mesma, nos

termos do artigo 3.º do DL n.º 14/2009, de 14 de janeiro, na sua redação atual, alterado pelo número 3 do artigo 5.º do DL n.º 98/2018, de 27 de novembro;

4. Regulamento do sorteio ou concurso o qual deve conter os seguintes elementos: designação atribuída ao concurso; os termos e condições do concurso; requisitos de participação; meios de habilitação ao concurso; meios de habilitação ao concurso; forma de apuramento dos concorrentes; forma de realização do sorteio; lugar, dia e hora do sorteio; forma de apuramento do(s) premiado(s); descrição do(s) prémio(s); lugar, dia e hora para levantamento do prémio e respetivo prazo; pessoas, individuais ou coletivas, excluídas do concurso por beneficiarem de uma relação direta com a entidade promotora;
5. Caso a entidade promotora for estrangeira, mas tiver sede ou filial em Portugal, o requerimento será apresentado pela entidade sediada em Portugal;
6. Garantia bancária, seguro de caução, depósito bancário à ordem do Município da Maia ou depósito em numerário na tesouraria municipal, no valor total dos prémios a atribuir;
7. Documento comprovativo da liquidação do último IRC ou IRS da entidade promotora;
8. Caso a **entidade promotora não tenha fins lucrativos**, e para as operações em que o valor dos prémios a atribuir for igual ou inferior a 500,00 Euros a garantia bancária (ou demais formas de caução) prevista no número anterior pode ser substituída por numerário ou cheque visado ou bancário passado à ordem do Município da Maia, no valor total dos prémios e apresentar:
 - 8.1. Cópia da escritura pública de constituição;
 - 8.2. Estatutos da entidade;
9. Certidão permanente do registo comercial válida ou código de acesso a certidão permanente;
10. Documento comprovativo da liquidação do último IRS ou IRC da entidade promotora;
11. Aplicação informática com o algoritmo do sorteio do concurso, caso o modo de atribuição do prémio seja determinado por via informática;
12. **Procuraçāo**, caso a entidade promotora for estrangeira e não tiver sede ou filial em Portugal, com assinatura reconhecida, a delegar poderes a uma entidade portuguesa como representante legal, a qual deverá juntar igualmente ao pedido a sua identificação nos termos dos números anteriores.
13. Apresentar, se aplicável, um exemplar do cupão ou bilhete que habilita ao sorteio, constando do mesmo a seguinte frase: "Concurso publicitário n.º .../ (ano), autorizado pelo Presidente da Câmara Municipal da Maia. Prémio não convertível em dinheiro".

OBSERVAÇÕES

1. A **exploração de modalidades afins dos jogos de fortuna ou azar e outras formas de jogo** quando circunscritas à área territorial do Município ou, quando mais alargadas, sejam promovidas por entidades com residência ou sede no Município da Maia é **objeto de autorização de utilização a emitir pelo Presidente da Câmara Municipal**;
2. O pedido de autorização para exploração de uma das modalidades afins dos jogos de fortuna ou azar e outras formas de jogo deve ser formulado em requerimento dirigido ao Presidente da Câmara Municipal, com a **antecedência mínima de 20 (vinte) dias úteis em relação à data pretendida para o início da ação**;
3. O **requerimento** apenas é considerado válido após a junção ao processo do comprovativo de pagamento da taxa de apreciação;
4. Qualquer **alteração aos dados ou demais elementos apresentados** no requerimento inicial é obrigatoriamente comunicada **no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis** face à sua verificação;
5. O número da autorização é obrigatoriamente publicado no regulamento do concurso ou sorteio, e divulgado em antena, quando aplicável, juntamente com as demais informações legalmente impostas.
6. Para a realização de uma operação, **nenhum sorteio pode ocorrer sem a necessária presença do agente de autoridade** indicado para a sua fiscalização;
7. São aplicáveis as contraordenações e sanções acessórias previstas na legislação aplicável, designadamente no Decreto-Lei n.º 422/89, de 2 de dezembro, que reformulou a Lei do Jogo, na sua redação em vigor;
8. As dúvidas, lacunas e omissões serão resolvidos por despacho do Presidente da Câmara Municipal.

TOMEI CONHECIMENTO

- a. O Município da Maia utiliza os seus dados pessoais para dar resposta aos seus pedidos, instrução dos seus processos, prestar informação sobre assuntos da autarquia e para fins estatísticos. Para mais informações sobre as práticas de privacidade do Município da Maia, consulte o nosso site ou envie um e-mail para responsavel.dados@cm-maia.pt.
- b. De acordo com o entendimento da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos os documentos apresentados no âmbito do presente processo são documentos administrativos, pelo que o Município estará obrigado a garantir o seu acesso integral a todos aqueles que o solicitem.
- c. As respostas aos dados integrantes no presente requerimento são de preenchimento obrigatório sob pena de indeferimento do pedido.
- d. Os dados disponibilizados podem ser acedidos e alterados pelo requerente.
- e. Declaro, sob compromisso de honra e estando consciente de incorrer em eventual responsabilidade penal caso preste falsas declarações, que os dados constantes do presente requerimento correspondem à verdade.
- f. O Gabinete Municipal de Atendimento procede à verificação do processo, aconselhando a não efetuar a entrega sem que o mesmo esteja devidamente instruído, sendo a falta de documentação necessária motivo de não prosseguimento do pedido apresentado.

PEDE DEFERIMENTO

O/A Requerente

Data